

JUSTIFICATIVA

Rogério José de Oliveira Alves é um advogado militante e experiente. Possui trajetória brilhante, empenhada no idealismo de agregar a classe, em defesa das prerrogativas, da justiça, da ordem e do desenvolvimento social.

É sócio fundador do OLIVEIRA NEVES - Advogados Associados, empresa com forte reconhecimento e representatividade no Estado do Rio de Janeiro que destaca-se como proeminente escritório jurídico.

Rogério José de Oliveira Alves é Membro Efetivo da Comissão de Relações Institucionais da Ordem dos Advogados do Brasil/Rio de Janeiro e Especialista em Direito Civil e Processual. Atua como advogado de diversas empresas em todo o Estado do Rio de Janeiro.

Devido à sua expertise participa como palestrante de incontáveis eventos jurídicos, especialmente os voltados para o Direito Civil e Direito Condominial.

Na área social destaca-se como Idealizador do Projeto Social voltado à redução das desigualdades sociais no Estado do Rio de Janeiro, propiciando atendimento às pessoas que necessitam integrar-se ao meio social e oferecendo-lhes um atendimento globalizado que inclui, inicialmente, atendimento multidisciplinar, qualificando o profissional e inserção no mercado de trabalho.

Face ao exposto e por tratar-se de profissional de conduta ilibada, solicito o apoio dos meus pares para aprovação da referida Medalha Tiradentes.

REQUERIMENTO S/Nº/2020

REQUER PEDIDO DE URGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 570/2019, DE MINHA AUTORIA, "QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO INCLUIR NA GRADE CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO A DISCIPLINA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO".

Autor: Deputado MARCELO CABELELEIRO

DESPACHO:

A imprimir e à Mesa Diretora.

Em 10.03.2020

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

Requeiro na forma regimental prevista no artigo 127 e seguintes, R.I. que seja dada a TRAMITAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA, o Projeto de Lei nº 570/2019, de minha autoria, que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO INCLUIR NA GRADE CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO A DISCIPLINA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO".

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 03 de março de 2020.

Deputados MARCELO CABELELEIRO, Bebeto, Flávio Serafini, Léo Vieira, João Peixoto, Brazão, Giovanni Ratinho, Carlos Macedo, Carlos Minc, Renato Cozzolino, Val Ceasa, Marina Rocha, Alana Passos, Alexandre Freitas, Alexandre Knoploch, Capitão Paulo Teixeira, Carlo Caiado, Dani Monteiro, Dr. Deodato, Eliomar Coelho, Filipe Poubel, Franciane Motta, Gustavo Schmidt, Marcelo do Seu Dino, Márcio Canella, Marcio Gualberto, Marcos Muller, Mônica Francisco, Rodrigo Zaca, Rodrigo Amorim, Samuel Malafaiá, Thiago Pampolha, Vandro Família.

REQUERIMENTO S/Nº/2020

REQUER URGÊNCIA NA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 1958/2020 QUE "REVOGA A LEI Nº 4.321/2004, O ARTIGO 3º E SEUS PARÁGRAFOS DA LEI Nº 7.495/2016 E O ARTIGO 7º E SEU PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 7.657/2017".

Autor: Deputado LUIZ PAULO

DESPACHO:

A imprimir e à Mesa Diretora.

Em 10.03.2020

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

Requer a URGÊNCIA na tramitação do projeto de lei nº 1958/2020 que "REVOGA A LEI Nº 4.321/2004, O ARTIGO 3º E SEUS PARÁGRAFOS DA LEI Nº 7.495/2016 E O ARTIGO 7º E SEU PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 7.657/2017" de minha autoria.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 10 de março de 2020.

Deputados LUIZ PAULO, Bebeto, Enfermeira Rejane, Flávio Serafini, Martha Rocha, Rodrigo Bacellar, Léo Vieira, Fábio Silva, Carlos Minc, Zeidan, Dionísio Lins, Val Ceasa, Bruno Dauaire, Alana Passos, Anderson Moraes, Capitão Nelson, Capitão Paulo Teixeira, Dani Monteiro, Eliomar Coelho, Filipe Poubel, Lucinha, Mônica Francisco, Renato Zaca, Thiago Pampolha, Waldeck Carneiro.

REQUERIMENTO S/Nº/2020

REQUER URGÊNCIA NA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 1885/2020 QUE "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER AS INCLUSÕES E MODIFICAÇÕES NECESSÁRIAS NO ORÇAMENTO DE 2020".

Autor: Deputado LUIZ PAULO

DESPACHO:

A imprimir e à Mesa Diretora.

Em 10.03.2020

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

Requer a URGÊNCIA na tramitação do projeto de lei nº 1885/2020 que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER AS INCLUSÕES E MODIFICAÇÕES NECESSÁRIAS NO ORÇAMENTO DE 2020", de autoria dos Deputados Luiz Paulo, Eliomar Coelho, e Flávio Serafini.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 10 de março de 2020.

Deputados LUIZ PAULO, Chicão Bulhões, Enfermeira Rejane, Flávio Serafini, Martha Rocha, Rodrigo Bacellar, João Peixoto, Brazão, Subtenente Bernardo, Carlos Macedo, Zeidan, Dionísio Lins, Delegado Carlos Augusto, Val Ceasa, Alexandre Freitas, Alexandre Knoploch, Anderson Moraes, André Ceciliano, Bagueira, Dani Monteiro, Jorge Felipe Neto, Lucinha, Mônica Francisco, Renan Ferreirinha, Rodrigo Amorim, Thiago Pampolha, Waldeck Carneiro.

REQUERIMENTO Nº 202/2020

REQUER, A UTILIZAÇÃO DO PLENÁRIO BARBOSA LIMA SOBRI-NHO PARA REALIZAÇÃO DE SESSÃO SOLENE EXTRAORDINÁRIA, NO DIA 27 DE MARÇO DE 2020, PARA ENTREGA DA MEDALHA TIRADENTES AO DOUTOR RICARDO DE OLIVEIRA MENEZES, RESOLUÇÃO Nº 372/2016.

Autor: Deputado BRUNO DAUAIRE

DESPACHO:

A imprimir e à Mesa Diretora.

Em 10.03.2020.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.

Requeiro, nos termos regimentais, a utilização do Plenário Barbosa Lima Sobrinho, no dia 27 de março de 2020, para realização de Sessão Solene Extraordinária para entrega da Medalha Tiradentes ao Doutor RICARDO DE OLIVEIRA MENEZES.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 04 de março de 2020.

Deputados: BRUNO DAUAIRE, Chicão Bulhões, Luiz Paulo, Subtenente Bernardo, Zeidan, Val Ceasa, Alana Passos, Alexandre Freitas, Alexandre Knoploch, Capitão Nelson, Capitão Paulo Teixeira, Eliomar Coelho, Gustavo Schmidt, Marcelo Cabeleleiro, Renan Ferreirinha, Rodrigo Amorim, Samuel Malafaiá, Waldeck Carneiro.

REQUERIMENTO Nº 203/2020

REQUER A CESSÃO DO PLENÁRIO BARBOSA LIMA SOBRI-NHO PARA A REALIZAÇÃO DA SESSÃO SOLENE EXTRAORDINÁRIA EM HOMENAGEM AOS 455 ANOS DO MUNICÍPIO DE MAGÉ.

Autor: Deputado RENATO COZZOLINO

DESPACHO:

A imprimir e à Mesa Diretora.

Em 10.03.2020

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental a cessão do Plenário Barbosa Lima Sobrinho para a realização da Sessão Solene Extraordinária em homenagem aos 455 anos do Município de Magé.

O atual município tem origem no povoado de Majepemirim, fundado em 1565 por colonos portugueses. Possuía um dos principais portos da região, onde muitos navios negreiros descarregavam os escravos. Em 1696, foi criada a freguesia e, em 1789, o conselho com a designação atual. A vila foi elevada a cidade em 1857. Durante a monarquia, foi criado o baronato de Magé em 1810. Este foi elevado a viscondado em 1811.

A freguesia foi criada, com a denominação de Magé, por alvará, no dia 18 de janeiro de 1696; e também pelos decretos estaduais 1, de 8 de maio de 1892, e 1A, de 6 de março de 1892.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Magé, por força do ato de 9 de junho de 1789, o seu território foi constituído com terras desmembradas do município de Santana de Macacu e da cidade do Rio de Janeiro, inclusive ilhas do pequeno arquipélago de Paquetá. Era constituído de cinco distritos: Magé, Guapimirim, Suruí, Inhomirim e Guia de Pacopahiba. Instalado em 12 de junho de 1789.

Elevado à condição de cidade com a denominação de Magé, por efeito da Lei ou Decreto Provincial 965, de 2 de outubro de 1857.

Pelos decretos estaduais Um, de 8 de maio de 1892 e Um-A, de 3 de junho de 1892, foram criados os distritos de Inhomirim e de Santo Aleixo e anexados ao município de Magé. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de seis distritos: Magé, Guapimirim, Guia de Pacopahiba, Inhomirim, Santo Aleixo e Suruí. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1 de julho de 1960.

A Lei Estadual 1 772, de 21 de dezembro de 1990, desmembrou, do município de Magé, o distrito de Guapimirim, o qual foi elevado à categoria de município.

Em Magé, cognominado acertadamente, como o "Portal da Glória", deram-se as grandes penetrações que desbravaram o Estado até as Minas Gerais e o interior do Brasil, através de quatro dos cinco caminhos para as Gerais e o interior: O de Garcia Paes - Pilar, que na época pertencia a Magé -; o de Bernardo Soares de Proença, com a abertura do Caminho Novo das Minas Gerais, que se iniciava em Inhomirim até a picada já existente em Secretário - Petrópolis -, a qual já possuía comunicação com o Rio Paraíba; o de Custódio Ferreira Leite, o Barão de Ayruoca - que havia assinado um contrato e construiu um caminho ligando o Porto da Piedade a Mar de Espanha, Minas Gerais. Esse caminho ficou conhecido como "Caminho do Ayruoca" e o de Félix Madeira, que passou por terras magueense.

O patrimônio histórico do município de Magé é compreendido por diversos pontos turísticos e históricos.

A poucos quilômetros do Rio de Janeiro, Magé é privilegiado na diversificação de roteiros turísticos. São igrejas e capelas seculares, trilhas desconhecidas, que no passado desbravaram o interior do Brasil com belezas naturais incríveis. Também, são encontradas no município ruínas de antigos prédios históricos, como engenhos, fazendas, e até mesmo um antigo paiol.

Magé é um paraíso ecológico e cultural desconhecido de muitos. Passeios a bordo de um jeep, pilotando uma moto, num sobrevôo de asa delta, de ultraleve ou até mesmo a pé. Magé possui trilhas para todos os gostos. Um point certo para quem gosta de belezas naturais e muita aventura. Uma passagem pela Mata Atlântica. Um mergulho nas cachoeiras do Monjolo e Rio d'Ouro com quedas d'água que variam de 15 a 110 metros de altura. Piscinas naturais cercadas por densa mata ou assistir um pôr do Sol em diversos outeiros ou em suas praias.

São séculos de história, fazendo e desenhando atrativos naturais. Além de ser cercada pela Mata Atlântica, de manguezais, de belos rios e maravilhosas cachoeiras, Magé é uma cidade histórica, pois parte da história do Brasil aconteceu aqui, Magé possuiu ainda um dos portos mais movimentados da época do Brasil Colônia e Império, o Porto da Estrela, pelo qual escoavam para Portugal os tesouros arrancados das "Gerais", que vinham pelo Variante de Proença ou Caminho Novo das Gerais aberto em 1723, por Bernardo Soares de Proença.

Há que se falar ainda do importante marco histórico brasileiro, qual seja a inauguração da Primeira Ferrovia do Brasil, a Estrada de Ferro Mauá, oficialmente denominada Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, inaugurada em 30 de abril de 1854 em seu trecho inicial, ligando o Porto de Mauá a Fragoso, no pé da Serra de Petrópolis, num trecho de 14,5 km, construída pelo empresário brasileiro Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá.

Por tais motivos Magé é cidade de relevância histórica e política, deste estado, merecendo nossas homenagens por seus 455 anos de existência.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 04 de março de 2020.

Deputados RENATO COZZOLINO, Márcio Pacheco, Luiz Paulo, Martha Rocha, Léo Vieira, Brazão, Giovanni Ratinho, Welberth Rezende, Subtenente Bernardo, Bruno Dauaire, Capitão Paulo Teixeira, Chico Machado, Coronel Salema, Danniell Librelon, Gustavo Schmidt, Gustavo Tutuca, Jorge Felipe Neto, Lucinha, Sérgio Louback, Thiago Pampolha.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 125/2020

REQUER INFORMAÇÕES AO EXCENTÍSSIMO SECRETÁRIO ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO RIO DE JANEIRO - SEAP - A RESPEITO DA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA APENADOS.

Autor: Deputado RENATO COZZOLINO

DESPACHO:

A imprimir e à Mesa Diretora.

Em 10.03.2020.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.

Requeiro, com base no Artigo 101, caput, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, e no Artigo 107 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, ao Excelentíssimo Secretário Estadual de Administração Penitenciária, David Anthony Gonçalves Alves, para que envie a este Parlamentar as seguintes informações:

1 - cópia de todos os contratos emergências de fornecimento de alimentação para aquela Secretaria no período de JANEIRO/2018 até o recebimento do requerimento COM A RESPECTIVA PLANILHA DE EXECUÇÃO FÍSICO FINANCEIRA DE CADA PROCESSO.

2 - cópia de todos os contratos de fornecimento de alimentação para aquela Secretaria no período de JANEIRO/2018 até o recebimento do requerimento COM A RESPECTIVA PLANILHA DE EXECUÇÃO FÍSICO FINANCEIRA DE CADA PROCESSO.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 08 de novembro de 2018.

Deputado RENATO COZZOLINO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 126/2020

REQUER INFORMAÇÕES AO CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, REPRESENTADO POR SEU PRESIDENTE, O SR. CARLOS HENRIQUE NETTO VAZ.

Autor: Deputado MÁRCIO CANELLA

DESPACHO:

A imprimir e à Mesa Diretora.

Em 10.03.2020.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.

Requeiro à Mesa Diretora, nos termos do Art. 107 do Regimento Interno desta Casa Legislativa e do Art. 101 da Constituição Estadual, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor CARLOS HENRIQUE NETTO VAZ, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, ou a quem esteja no exercício da função, solicitando o encaminhamento a esta Casa Legislativa das informações e documentações abaixo mencionadas, no prazo legal:

Considerando o período de chuvas que assolam todo o Estado, em especial a região da Baixada Fluminense, e mais especificamente o município de Belford Roxo, provocando enchentes e inúmeros transtornos, além de colocar em risco a vida de milhares de moradores nesta época do ano, solicito ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA) esclarecimentos técnicos a respeito do funcionamento da Estação de Bombeamento instalada na margem do Rio Iguaçu, na localidade do Parque Amorim, bem como a realização de uma inspeção *in loco* para a averiguação das condições técnicas e de funcionamento dos referidos equipamentos, atestando a sua funcionalidade, e o devido encaminhamento das documentações pertinentes à esta Casa Legislativa com o resultado desta vistoria realizada no local por este órgão, com a devida urgência que o caso requer.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 05 de fevereiro de 2020.

Deputado MARCIO CANELLA

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 127/2020

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES À EMPRESA CONCESSIONÁRIA CCR BARCAS.

Autor: Deputado DIONÍSIO LINS

DESPACHO:

A imprimir e à Mesa Diretora.

Em 10.03.2020.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.

Requeiro de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa Legislativa em seu Art. 107, bem como na Constituição Estadual em seu Art. 101 caput e parágrafo primeiro, para que seja oficiado o Sr. Presidente da CCR Barcas para que atenda aos esclarecimentos abaixo, sob pena de constituindo crime de responsabilidade, nos termos da Lei, o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informações falsas:

1 - Encaminhar a este parlamentar cópia do contrato de concessão da CCR Barcas e todos os seus Termos Aditivos;

2 - Existe algum desequilíbrio financeiro? Em caso positivo, qual o valor apurado nos últimos três anos e qual a empresa realizadora deste levantamento? E qual o valor apurado nos últimos 3 anos ?

3 - Qual a grade de horários em vigor nas linhas Paquetá, Cocotá, Araribóia e Charitas ?

4 - Qual o preço de cada tarifa e sua margem de lucro líquido nas linhas operadas dentro da Baía de Guanabara ?

5 - Quais as embarcações que operam nas linhas dentro da Baía de Guanabara, tempo de uso dessas embarcações e sua capacidade de transportar passageiros ?

6 - Qual o número de passageiros transportados por dia nas linhas dentro da Baía de Guanabara e especificando também por linha ?

7 - Qual o gasto mensal com combustíveis das embarcações e ainda, qual o gasto com a folha de pagamento de funcionários e terceirizados ?

8 - Quantos e quais são os contratos de publicidade e de aluguel de lojas, boxes e quiosques ? Especificar separadamente os valores mensais dessas receitas acessórias;

9 - Estas receitas acessórias entram todas no cálculo das tarifas? Sim ou não ? Em caso positivo especificar este cálculo.

10 - Informar a este parlamentar qual a situação da tarifa social aprovada por lei estadual, para ser implementada na linha Charitas ?

11 - Existe alguma previsão em lançar edital para nova licitação a público ?

12 - Informar a este parlamentar se a Comissão de Transportes da ALERJ será convocada para opinar sobre pontos desse novo edital.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, em 18 de fevereiro de 2020

Deputado DIONÍSIO LINS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 128/2020

REQUER INFORMAÇÕES AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES.

Autor: Deputado DIONÍSIO LINS

DESPACHO:

A imprimir e à Mesa Diretora.

Em 10.03.2020.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.

REQUEIRO de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa Legislativa em seu Art. 107 bem como no artigo 101 caput e parágrafo único da Constituição Estadual, para que seja oficiado o Exmo. Sr. Secretário de Estado de Transportes, para que atenda aos esclarecimentos abaixo, sob pena de constituindo crime de responsabilidade, nos termos da Lei, o não atendimento no prazo de 30 (trinta) dias, ou a prestação de informações falsas:

1 - Informar a este parlamentar qual cláusula, item no contrato de concessão ou em seus Termos Aditivos, onde esteja previsto redução/supressão do número de viagens nas linhas atendidas pela concessionária, para adequar aos supostos impactos de desequilíbrio financeiro da empresa CCR Barcas?

2 - Informar a este parlamentar se este fato alegado de desequilíbrio financeiro da concessionária CCR Barcas foi auditado e em caso positivo, por qual empresa especializada ?

3 - Existe realmente desequilíbrio financeiro alegado pela CCR Barcas ? Em caso positivo, qual o valor apurado nestes últimos 3 anos ?

4 - Qual o preço de cada tarifa e sua margem de lucro líquido nas linhas operadas dentro da Baía de Guanabara ?

5 - Informar qual o número de passageiros transportados por dia nas linhas dentro da Baía de Guanabara e especificando também, por linha;

6 - Quantos e quais são os contratos de publicidade e de aluguel de lojas, boxes e quiosques firmados com a concessionária CCR Barcas ? Especificar separadamente os valores mensais dessas receitas acessórias;

7 - Essas receitas acessórias entram todas no cálculo das tarifas ou não ?

8 - Como está a situação da tarifa social, aprovada por lei estadual, para ser implementada na linha Charitas ?

9 - O Estado havia encomendado 7 embarcações de 2.000 lugares na China, mas só foram pagas e estão em operação 3 embarcações. Como se encontram a situação legal das outras 4 embarcações ? Foi celebrado algum contrato com empresas na China? Em caso positivo enviar cópia para este parlamentar e se foi cancelado o contrato, enviar o distrato;

10 - Qual a previsão de lançar o edital de nova licitação a público ?

11 - A Comissão de Transportes da ALERJ será convidada para opinar sobre pontos deste novo edital licitatório?

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, em 19 de fevereiro de 2020.

Deputado DIONÍSIO LINS